



5156 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

Sentidos sobre a docência e a performatividade
Thais Vianna Maia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

SENTIDOS SOBRE A DOCÊNCIA E A PERFORMATIVIDADE

Resumo

A proposta desta pesquisa é investigar a potência da utilização do conceito de performatividade para análise dos sentidos sobre a docência nas políticas de currículo, com base em perspectivas teóricas de caráter pós-estrutural. Defendo o argumento que sentidos sobre a docência circulam atualmente nas políticas curriculares e mobilizam o discurso sobre a docência. A partir da compreensão de discurso como performativo, é possível pensar que performances sobre a docência podem ser produzidas a partir da significação que é feita pelos professores a partir dos textos curriculares.

Palavras-chave: Políticas de currículo, Performatividade, Subjetividade docente.

Sentidos de docência vem sendo forjados nos discursos das políticas curriculares, produzindo performances sobre a docência. Entendo políticas de currículo como política de significação, a partir de uma perspectiva discursiva. Adoto a análise do conceito de performatividade dos autores Stephen Ball (2001, 2002, 2004, 2005, 2010) e Judith Butler (1997, 2003, 2004, 2008,) como estratégia metodológica para investigar a docência.

O conceito de performatividade vem sendo desenvolvido por diferentes autores que destacam-se pelo desenvolvimento do conceito em suas produções. Ball (2005) traz o conceito de performatividade de Lyotard (1984), que a considera uma tecnologia. Este conceito está ligado a ideia de transformação do conhecimento em mercadoria, sendo mensurada através de indicadores de resultados, gerando mecanismos de comparação e julgamento de profissionais. Novas linguagens, papéis e subjetividades são produzidos nesse contexto em que os professores baseados nesse valor performativo, onde sua prática é remodelada para atender demandas externas e avaliações.

Neste texto, Ball (2005) foca nos efeitos que a performatividade gera no professor, trazendo depoimentos de professoras, onde expõem os seus sentimentos a respeito do Ofsted (Office for Standards in Education), órgão responsável pela inspeção das escolas na Inglaterra. Nos depoimentos revelam sentir culpa, questionam a identidade e autonomia docentes.

Ball (2002) defende que a performatividade é uma das tecnologias políticas de reforma, que funciona como um mecanismo para “reformatar” professores, atuando na mudança da identidade e nas subjetividades docentes. Ressalta a faceta negativa do conceito desde a utilização da expressão “terrores da performatividade”, já no título.

A performatividade, de acordo com Ball (2005) pode ser considerada uma tecnologia, cultura e um método de regulamentação. Este método se baseia em meios de controle, mudança, atrito e julgamentos acerca da atuação profissional.

É a instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva com o intuito de produzir novos perfis institucionais. Que visa produzir lucros na área social, além de expandi-la. Implementa práticas que “vinculam a organização e o desempenho das escolas a seus ambientes institucionais” (CHUBB; MOE, 1990, p. 185 apud BALL, 2004, p. 1107). Promove a mudança da posição do cidadão de dependência ao estado de bem estar social para exercer o papel de consumidor ativo. Tudo isto movido por um sistema de recompensas e, por outro lado, sanções sempre baseados na competição e na performatividade. Esta nova cultura acaba por impor mudanças na educação (BALL, 2004).

Novas linguagens, papéis e subjetividades são produzidos nesse contexto em que os professores baseados nesse valor performativo, onde sua prática é remodelada para atender demandas externas e avaliações. Cria-se na pós-modernidade (ou modernidade líquida) uma nova ideia, um novo conceito de profissionalismo. As nomenclaturas, segundo Ball (2005) variam entre “novo profissionalismo” (MCNESS, BROADFOOT, OSBORN, 2003, p.248 apud BALL, 2005, p. 542), “reprofissionalismo”, “pós-profissionalismo” ou “profissionalismo pós-moderno”. Essas novas concepções preconizam a obediência cega às regras impostas por instituições e a obtenção de resultados, satisfazendo julgamentos pré-estabelecidos. A prática docente torna-se fechada em si, a função criativa e dialética do professor é cerceada para dar lugar à busca incessante da *performance* que não admite “falhas”.

O professor deixa de ser sujeito para se tornar o objeto de uma avaliação, em um cenário onde a prática do magistério se torna instrumentalizada, performática. Ball (2005) citando Lyotard e Bauman, em destaque seus textos sobre a pós-modernidade ou, como prefere Bauman, a modernidade líquida, argumenta que o conhecimento virou mercadoria. Onde a prática moderna do ensino-aprendizado deve sempre ser medido, quantificado, funcional, operacional, alcançada mediante a construção, publicação de informações e indicadores. O professor que não atinge a meta, não cumpre os objetivos, não tem alunos com boas notas nos programas de avaliação, não são competentes, qualificados ou preparados para estarem à frente de uma turma. Ou, de acordo com a lógica pós-moderna de mercado, não são profissionais. Não há profissionalismo.

Ainda citando Lyotard, Ball (2010) classifica a performatividade como um sistema de terror e a legitimação de um discurso de poder, das sociedades pós-industriais, daqueles que controlam o julgamento do que é correto e eficiente.

Controle que não está nas mãos do docente, em sala de aula. Ao contrário, essa é a base para a incerteza, a ansiedade, o eterno questionamento de que se sua prática docente estará “certa”, “suficiente”, “satisfatória”. Ball (2010) cita Deleuze (1992), ao classificar tal momento como a ascensão das “sociedades de controle” de automodulação e autodeformação que será continuamente mutada.

É a base de dados, a reunião de avaliação, a avaliação anual, a elaboração de relatórios e os formulários para promoção, as inspeções, a avaliação dos pares que estão à frente. Não há tanto, ou ao menos não apenas, uma estrutura de vigilância, como um fluxo de performatividades contínuo e crucial - que é espetacular. (BALL, 2010, p. 39)

Há, portanto, o empreendimento de um tipo de “performatividade competitiva” (BALL, 2002), fundado em teorias econômicas de inspiração neoliberal e práticas industriais, criando um “mercado educacional”, fundado no pragmatismo e auto-interesse. Nesse sentido, a performatividade pode também desenvolver sentimentos de culpa, vergonha e inveja nos professores, de acordo com Ball (2010), quando estes não obtêm os resultados esperados pelo poder dominante.

O autor destaca ainda o foco na figura do gestor, no setor público, e neste “novo” paradigma que foi implementado a época na gestão pública. Esta reforma gerou um conjunto de políticas tecnológicas que se relacionam intimamente com a performatividade e a lógica de mercado. Por tecnologias políticas, Ball (2001) afirma que “envolvem a implementação calculada de técnicas e artefatos para organizar as forças e capacidades humanas em redes funcionais de poder.” (p. 105). E que por mais que aparentemente sejam ações no sentido de “des-regulação” são na verdade de “re-regulação”. O Estado não abandonaria seus mecanismo de controle, mas criaria novos, em uma espécie de “desregulamentação controlada”, de acordo com Du Gay (1996) citado por Ball (2001).

Em um novo quadro de políticas é criada uma nova “civilização comercial”, um novo ambiente moral para os consumidores e produtores. As escolas e universidades são incluídas neste contexto, onde as motivações pessoais se sobrepõem aos valores interpessoais. Esses valores de competição são disseminados na educação e, conseqüentemente, na criação de políticas de currículo estabelecendo uma “correspondência moral” entre os setores públicos e privados (BALL, 2001).

A busca pela performatividade, portanto, torna-se problemática não pela certeza que o professor terá de ser sempre vigiado. Mas pela incerteza e instabilidade das avaliações, promovidas em maioria pelos gestores e distintos agentes. Avaliações e exigências que mudam constantemente suas expectativas e indicadores e que fazem o professor ser continuamente responsabilizado e vigiado (BALL, 2001).

Ball (2001), por fim, em seu texto “Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação”, conclui que os Estados Nação não perderam o controle total sobre as decisões de suas políticas educacionais, apesar das reformas da OCDE e da tendência global de mercado. Mas que há uma certa convergência de determinados países para estas questões. Em especial os que adotaram a “terceira via” da política de bem estar social.

Uma conseqüência da performatividade é a produção de uma identidade docente que é socialmente vazia, desprovida de significados. Ao discorrer sobre os estudos de caso de professores do Reino Unido, Ball (2002) apresenta uma realidade em que professores consideram-se sem liberdade para ensinar, restringindo a sua autonomia, levando até, em casos citados pelo autor ao abandono do magistério.

Neste texto Ball (2010) explicita a diferença entre os conceitos de performatividade e performance. Enquanto a performatividade é a cultura instaurada partir dos modos de regulação, as performances “servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da *qualidade* ou *momentos* de promoção ou inspeção. Elas significam, encapsulando ou representando um valor, a qualidade ou a valia de um indivíduo ou de uma organização dentro de um campo de julgamento”. (p.38)

Com a intenção de trabalhar sobre e para uma análise do discurso de poder que é criado nesse contexto, Ball (2010) destaca que esses textos desempenham sua parte em “nos criar” á medida em que fornecem “novos modos de descrição” e criam novas identidades sociais. O que significa ser professor, ou ser pesquisador também vem sendo remodelado dentro do que ele chama de discursos de controle ou discursos de performatividade.

Nós nos embasamos na avaliação dos pares, nós redigimos as prestações de conta, nós atribuímos graus aos outros departamentos, nós repreendemos nossos colegas por sua pobre produtividade, nós planejamos, pomos a funcionar e alimentamos os procedimentos departamentais e institucionais para monitorar e melhorar os resultados. (BALL, 2010, p. 41)

Sobre as mudanças nas subjetividades dos professores Ball (2010) coloca que dentro desse quadro da performatividade, acadêmicos e professores são representados e encorajados a pensar sobre si como indivíduos que calculam a si mesmos, que melhoram sua produtividade, vivendo a partir de cálculos. Tornam-se sujeitos empreendedores e vivem suas vidas como um empreendimento do eu. Essas mudanças encapsulam deslocam o modo como nós chegamos a “reconhecer nós mesmos e agir sobre nós mesmos como determinados tipos de sujeitos”. (BALL, 2010, p.51)

Quando o autor utiliza o conceito de performatividade de Butler, é possível identificar que os significados que são construídos discursivamente atuam na fabricação de identidades docentes:

Tais atos, gestos, encenações, genericamente interpretados, são *performativos* no sentido de que a essência ou a identidade que eles de outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por meio de signos corpóreos e outros significados discursivos. (BUTLER, 1990 apud BALL, 2010, p.43)

Normas são criadas e postas em circulação por diferentes discursos de gênero através de citações corporalizadas, porém passando-se verdades ou essência natural. Um comportamento ou vontade que um sujeito expressa por gestos e ações é, na verdade, um produto desse efeito discursivo (BUTLER, 2003, 2004b, 2008 apud RANNIERY, 2016).

Esse efeito discursivo capaz de criar normas que são expressas através de performances. Os conceitos de performance e performatividade, desse modo, mostram-se potentes para analisarmos os efeitos discursivos que são produzidos sobre a docência nas políticas curriculares. Uma vez que opera em relação à linguagem na constituição de subjetividades docentes, e ainda, nos permite analisar tensões entre normatividade e agência. Qual a possibilidade de atuação do sujeito em relação às normas? A performance enquanto produção discursiva, amplia nosso olhar para as possibilidades de agência do sujeito.

A cultura performativa, inserida em um contexto de governamentalidade neoliberal, é uma das formas pelo qual o sujeito é expropriado de acordo com Butler e Anastasiou (2013). Por sujeito expropriado entende-se, o sujeito que é renegado e tornado abjeto pelos poderes normativos e reguladores. Esse mesmo processo de expropriação renega e constitui o sujeito. O sujeito torna-se sujeito no processo de sujeição às normas de inteligibilidade. A expropriação é condição para nos tornamos sujeito na relação com o outro. A normatividade atua, assim, na constituição da subjetividade.

A expropriação atua em dois movimentos. Um é coercitivo, privativo e outro, constitui a nossa subjetividade através da relação com outro. Macedo (2015) defende, no entanto, que uma reação do sujeito à expropriação coercitiva, como estratégias políticas para viver na cultura performativa que baseiem-se na ideia de sujeito autônomo não é produtivo, pois, reforça a lógica liberal a qual se propõe resistir.

Macedo (2015) destaca a concepção de Ball (2013) do sujeito constituído na relação e nas entre práticas discursivas, relações de poder e ética e recusa a ideia de que o sujeito não pode libertar-se dessas relações de poder. Assim o autor concorda com Butler e Anastasiou (2013) quando defende que o sujeito é produzido por práticas discursivas de sujeição, mas que ele se produz em diferentes formas, nos limites de sua subjetivação.

Discursos fazem circular normas de maneira essencializada, mostrando-as como verdades (RANNIERY, 2016). O sujeito produz performances a partir do discurso, que são interpretadas como manifestação de sua vontade. Essa é a maneira que a norma opera, fazendo com que pareça que a performance é um comportamento do sujeito.

As performances produzidas pelos corpos dos sujeitos são produzidas a partir de um discurso que não foi produzido por eles, mas que os constitui. A performance, ainda, promove a enunciação do discurso, fazendo com que continue atuando mesmo que o sujeito desconheça essa relação de dependência e a maneira como as normas atuam (BUTLER, 1997 apud RANNIERY, 2016).

Linguagem, docência e Teoria do Discurso

A docência vem ganhando cada vez mais espaço no cenário educacional e em diferentes escalas de produção de políticas (nacional/global), com foco na centralidade que a mesma assume nas políticas de currículo.

Este trabalho está pautado em uma perspectiva pós-estrutural, e dialoga com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e com autores brasileiros do campo das políticas de currículo que contribuem com este debate, também com base em uma abordagem discursiva.

Segundo Lopes e Borges (2015) As políticas de currículo têm sempre como condição a busca pelo controle da interpretação. Apresentam-se como tentativas de controle do fluxo de sentidos e da significação do mundo. Trabalhar com a concepção de políticas de currículo em uma perspectiva discursiva através de uma abordagem pós-estrutural é, assim, assumir seu caráter provisório e precário.

Frangella e Dias (2018) argumentam que a questão da docência atravessa o conteúdo da BNCC por sua pretensão de servir de “guia” orientador do currículo, desenvolvido pelos professores em sala de aula, além de produzir discursos em torno do papel da docência na sua relação com o currículo (FRANGELLA; DIAS, 2018).

Partimos do entendimento do social como espaço discursivo, segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Segundo esta teoria, o sujeito é constituído enquanto agente social no discurso, a partir das significações que produz, no contexto em que encontra-se inserido. O lingüístico e o extralingüístico, formam a totalidade discursiva. Discurso, aqui não está restrito a fala e a escrita.

Entendemos a Teoria do Discurso como “uma tradição de reflexões e debates que compartilham o mesmo referencial analítico e que, a partir desse referencial, buscam construir discursos contingentes e contextualizados sobre os processos sociais observados.” (OLIVEIRA et al., 2013, p. 1331)

A análise do discurso, segundo esta teoria, é uma análise das práticas que tornam-se hegemônicas, em nível simbólico e material. É a análise de como um discurso entra na produção de uma formação hegemônica e outros são excluídos, diante de um contexto de múltiplas possibilidades (LOPES, 2015a).

Essas práticas que tornam-se hegemônicas, assim o fazem em um terreno indecível, porque não há a melhor opção, ou a correta, através da contingência do momento, excluindo outras possibilidades. A relação entre o universal e o particular não é vista de maneira dicotômica, já que o universal é um particular que se hegemonizou. Nesse contexto, o sujeito constitui-se no momento da decisão, neste terreno indecível (LOPES, 2015b).

O conceito de discurso é central para o pós-estruturalismo, para analisar o social e o político. O pós-estruturalismo concebe o sujeito como descentrado, não essencializado, em processo constante de construção e desconstrução de verdades sobre si mesmo e a sociedade onde vive. O sujeito, assim, entra em contato e identifica-se com diferentes discursos ao longo da vida.

A Teoria do Discurso está inscrita em uma abordagem pós-estruturalista e concebe o social e o político sob a perspectiva discursiva. Possibilita, assim, a análise dos fenômenos sociais e institucionais como políticas discursivas.

Apresenta-se como importante ferramenta para investigar as teorias da educação e do currículo (OLIVEIRA, 2018). Esta abordagem nos permite analisar as políticas educacionais considerando a parcialidade e a contingência que caracterizam as construções sociais. Além disso, não dissocia as políticas oficiais das práticas cotidianas.

Essa perspectiva não restringe a noção de discurso apenas às enunciações do código lingüístico, ampliando às regras de associação e atribuição de sentido que estruturam não somente a produção de textos verbais – orais e escritos – mas toda a forma de produção simbólica – imagens, sons, performances, estruturas organizacionais, práticas disciplinares, pedagógicas, religiosas, sexuais etc. (OLIVEIRA, 2018, p. 171).

Esta forma ampla de conceber discurso nos permite desenvolver uma pesquisa considerando uma realidade que é

permeada por elementos linguísticos e não linguísticos que atuam na produção de sentidos. “A realidade se apresenta como campo de discursividade contingente e contestado, parcialmente estruturado e continuamente tensionado por processos discursivos de articulação e (ant)agonismo” (OLIVEIRA, 2018, p. 185)

A Teoria do Discurso nos permite pensar que o currículo é o produto de lutas políticas entre diferentes significados, identidades e demandas. Lopes (2018) destaca como contribuições da Teoria do Discurso para os estudos do currículo a possibilidades de des-sedimentar os fundamentos de questões enunciadas no debate curricular e valorizar as dimensões conflituosas e contingentes da política. A perspectiva discursiva desestabiliza identidades que usualmente são apresentadas como fixas, como as ideias de currículo comum ou currículo que considera as diferenças, como exemplo dado pela autora. Considera as disputas políticas em que essas identidades estão inseridas. Essas disputas políticas geram hegemonias, que é quando uma identidade particular torna-se hegemônica. Este processo, provisório e precário, nos permite perceber a fluidez em que as disputas de sentidos existentes no campo educacional se dá. (LOPES, 2018)

Conceber o currículo como prática discursiva valoriza os sujeitos que estão envolvidos na luta pela hegemonia, afastando-se da ideia de política como algo que é aplicado “de cima para baixo”. Sentidos disputam por hegemonia no currículo e é através dessas produções discursivas que os sujeitos significam o social. (LOPES, 2018)

No campo da Educação, mais especificamente do Currículo, as noções de universal e particular nos ajudam a pensar nas possibilidades do currículo contemplar demandas particulares. É possível pensar que no currículo se dão disputas em busca da hegemonia.

A Teoria do Discurso apresenta-se como potente com a incorporação das concepções pós-estruturais e pós-fundacionais no campo do currículo, onde pode-se observar uma reconfiguração dos discursos pedagógicos e curriculares (LOPES et al., 2018).

A realidade é produzida discursivamente sendo atravessada pelo campo simbólico e político da linguagem. A discursividade apresenta-se como condição ontológica que constitui a realidade e o objeto que os sujeitos experienciam.

Conclusão

A partir da análise da temática da performatividade e responsabilização na formação de professores podemos pensar em como o currículo e a docência atuam na fabricação de identidades docentes.

Os artigos de Stephen Ball selecionados apresentam o conceito de performatividade utilizado pelo autor e seus estudos de caso realizados com professores do Reino Unido. Nestes artigos, sentidos sobre identidade docente são revelados. A perda de autonomia e o fato dos professores passarem a autoregularem-se em torno do desempenho é colocado como algo negativo.

Segundo Ball (2002) “a performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que serve de críticas, comparações e exposições como meio de controle, atrito e mudança” (p. 04). Ao longo deste texto Ball (2002) procura salientar que o discurso da reforma é vendido como uma mudança positiva, que atuará na resolução de problemas, porém, esta mudança também gera mudanças nos professores, que não são positivas. Isso se dá devido ao fato do desempenho do trabalho docente servir como medida de produtividade e rendimento e ser associado à qualidade.

Nesta tecnologia política são implantadas e estabelecidas novas identidades, mobilizam intervenções discursivas. Com isso, o ato de ensinar e a subjetividade do professor são alterados dentro desta visão de excelência, gerando, por exemplo, um aumento da individualização, afastando-se da visão de uma identidade profissional comum e da noção de pertencimento a uma comunidade.

Novas práticas são criadas pelos professores nesse contexto de regulação, fazendo emergir uma nova subjetividade, marcada pela culpa, incerteza e instabilidade. Junto a isso, jogos de linguagem organizacional são mobilizados com a instalação da nova cultura da performatividade.

Controle, atrito, mudança são significantes que são associados à performatividade pelo autor, que mostra que esta nova linguagem, gera significados que são incorporados pelos professores, criando novas identidades docentes. É interessante destacar o papel da linguagem na criação de subjetividades e formação de identidades docentes. Com a ampla disseminação dessa cultura da performatividade, esses significantes atravessam a prática do professor e o que ele constrói em relação a sua identidade.

Essa identidade docente que é marcada pelo autogerenciamento, pela produtividade, e o afasta de dedicar-se a qualidade do seu trabalho docente no sentido do comprometimento com o que acredita, com seu entendimento filosófico-cultural, mobilizando o conhecimento por ele construído por sua formação e experiência.

Nestes textos selecionados, o autor privilegia o conhecimento do professor e defende que ele deve ter autonomia para desenvolver o seu trabalho. Critica as influências externas de organismos internacionais na construção de padrões de avaliação e criação de metas de produtividade a serem alcançadas pelos professores. Apresenta uma visão negativa da performatividade, que compromete a qualidade do trabalho docente, ao invés de melhorá-la, de acordo com o que é divulgado nos discursos políticos.

Além disso, revela também, uma visão passiva do professor, colocando-o como refém dessas políticas. Em seus textos, o autor discorre sobre os efeitos negativos que ela gera nos professores, ocasionando em um comprometimento de sua saúde física e mental e muitas vezes o abandono da carreira docente. No entanto, não coloca possibilidades de escape, de atuação do professor diante deste imperativo da performance, dos índices de produtividade. Esse é um limite dos seus textos, que apresenta uma visão engessada do trabalho docente.

O que contribui para a discussão dessa temática é o aparecimento do conceito de discurso como performativo, a partir da compreensão que o discurso da performatividade gera uma nova linguagem, que influencia na formação de identidades docentes. A partir daí, é possível pensar que performances sobre a docência podem ser produzidas a partir da significação que é feita pelos professores a partir dos textos curriculares.

Desta forma, defendo que o conceito de performatividade é central para pensarmos as tentativas de escape, as fugas potenciais, que revela autoria, autonomia e criação do sujeito que revela um entendimento de docência e de subjetivação do sujeito. Tentativas de controle de definir a significação sobre a identidade e o trabalho docente entram em disputa nas políticas curriculares. A docência, enunciada discursivamente, produz efeitos de performance. Nesse contexto, é possível pensar como as políticas curriculares significam o professor e o trabalho docente.

Referências

- BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, Porto Alegre, v.1, n.2, PP. 99-116, jul/Dez, 2001.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. *Educ. Soc.* Campinas, v.25, n.89, set/dez., 2004.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*. [online]. 2005, vol.35, n.126, pp.539-564. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>.
- BALL, Stephen J. Reformar Escolas/Reformar Professores e os Terrors da Performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, Portugal, v. 15, n.002, p. 3-23, 2002.
- BALL, Stephen. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação & Realidade*. 35(2): 37-55 maio/ago.2010.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos Del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- BUTLER, Judith. *The psychic life of power: Theories of Subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- BUTLER, Judith; ANASTASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity, 2013.
- FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; DIAS, Rosanne Evangelista. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, v. 22, n. 1, p. 7-15, janeiro-março, 2018.
- LOPES, Alice Casimiro. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: Alice Casimiro Lopes; Daniel de Mendonça. (Org.). *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015a.
- LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, v. 21, n.45, p. 445-466, mai./ago. 2015b.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE, 2018.
- LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. A teoria do discurso na pesquisa em educação: possibilidades teórico-estratégicas. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE, 2018.
- LOPES, Alice Casimiro; BORGES, Veronica. Formação docente, um projeto impossível. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 157, p. 486-507, 2015.
- MACEDO, Elizabeth. Cultura performativa e pesquisa em educação: desafios para a ação política. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45 n. 158 p.752-774 out./dez. 2015.
- OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Ed. UFPE, 2018.
- OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013.

RANNIERY, Thiago. *Corpos feitos de plástico, pó e glitter: currículos para dicções heterogêneas e visibilidades improváveis*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.